



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



COMUNICADO IMPORTANTE

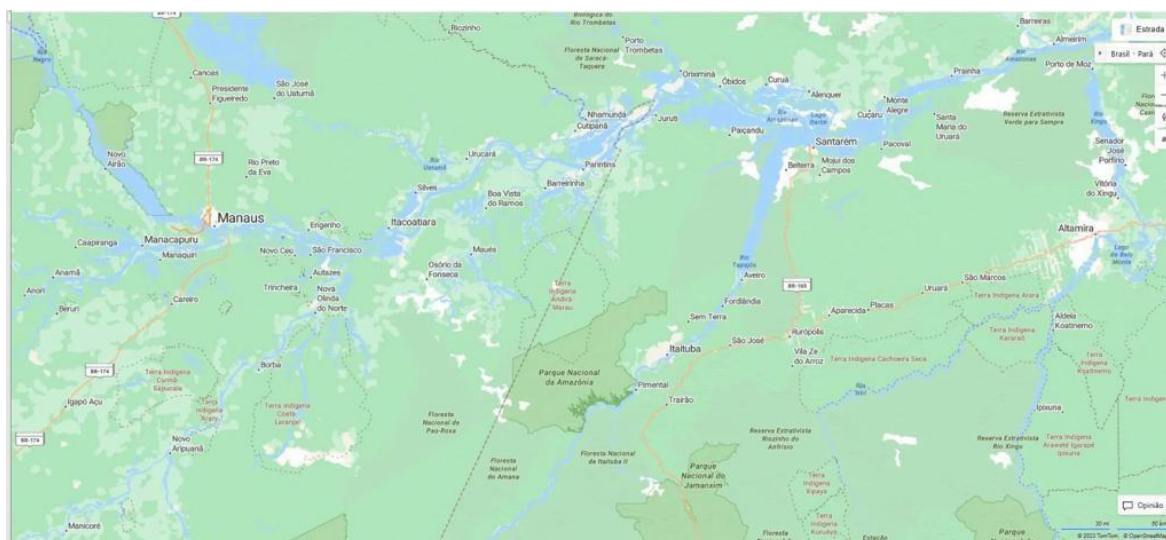
O Município de Senador José Porfírio, Estado do Pará, **COMUNICA** a todos os Licitantes, que não está hesitando penalizar empresas que porventura descumprirem o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas de preços e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a entrega ou prestação de serviços do objeto da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço (apenas nos contratos, uma vez que na Ata de Registro de Preços-ARP, não será permitido), são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionabilíssimas, e somente serão deferidos, se em total consonância com a Legislação regente da matéria.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública, como para as empresas Licitantes.

A cidade de Senador José Porfírio é uma cidade de Estado do Pará. Senador José Porfírio é um das três cidades brasileiras que possuem exclaves municipais. No caso de Senador José Porfírio, essa separação ocorre pelo município vizinho de Vitória do Xingu, o qual já fez parte do município de Senador José Porfírio. Senador José Porfírio também depende muito do transporte fluvial, sendo que a principal facilidade do tipo é o Porto de Senador José Porfírio, na sede municipal. Situado a 20 metros de altitude, Senador José Porfírio tem as seguintes coordenadas geográficas: 02°35'27" sul e longitude 51°57'15" oeste.





Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online de pesquisa e comparação de preços com base nos preços praticados pela Administração Pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio na elaboração de estimativas de custo e instrução de processos de contratação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 63.653,28

PERÍODO DE PROPOSTAS:

INÍCIO: 11/06/2026 das 09h00mn

TÉRMINO: 11/06/2026 às 15h00mn

PERÍODO DE LANCES

De 09h00mn às 15h00mn

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026
Processo Administrativo nº. 054/2026

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA**, por meio do AGENTE DE CONTRATAÇÃO, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 67/2021 e demais legislação aplicável.

INFORMAÇÕES DOS PRAZOS	
Data de Início da Sessão: 11/06/2026	HORARIO: 09:00
Data Fim da Sessão: 11/06/2026	HORARIO: 15:00
Data de Início de Lances: 11/06/2026	HORARIO: 09:00

PORTAL ELETRONICO: <https://licitanet.com.br/>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente Dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online de pesquisa e comparação de preços com base nos preços praticados pela Administração Pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio** na elaboração de estimativas de custo e instrução de processos de contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *O Critério de julgamento será o MENOR PREÇO, observado as exigências contidas neste aviso de contratação direta e seus anexos.*

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de portal <https://licitanet.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos de cadastro de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal <https://licitanet.com.br/>.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta Dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre impedida de participar de contratações públicas em decorrência de sanção aplicada por órgão competente;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, que mantenha vínculo de natureza societária ou técnica com outra empresa participante do mesmo certame, de modo a caracterizar conflito de interesses;
- c) jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº. 746/2014 – TCU - Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, garantindo a plena disponibilidade e funcionamento do sistema durante todo o período contratual.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, após iniciada a disputa;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº. 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, menor preço.

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do horário e data estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário mensal de cada licença, por item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será informada pelo portal de compras pública.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta, caso esta compreenda o valor máximo.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. A proposta readequada deverá seguir os padrões e exigências da proposta inicial.

5.3.2. O agente de contratação analisará os termos da proposta, podendo ser desclassificada quando do não atendimento.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar preço global manifestamente inexequível, incompatível com os valores praticados no mercado para licenças de sistemas de pesquisa de preços para a Administração Pública.

5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. Art. 34 da IN - SEGES/ME nº 73/2022.

5.8. Erros formais na proposta não constituem motivo para a desclassificação, podendo ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. As licitantes interessadas em participar desta contratação direta deverão em caminhar, através do <https://licitanet.com.br/>, os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, conforme relação a seguir:

- a) Requerimento de empresário e alterações; Certificado de inscrição do Micro empreendedor individual; Contrato social e alterações;
- b) Documento com foto do(s) socio(s);
- c) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) a regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) a regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- h) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de declaração em papel timbrado e assinada;
- i) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

j) DECLARAÇÕES

- j.1) Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme art. 7º da CF de 88. Elabora individualmente e assinada e datada;**
- j.2) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da licitar com a Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio;**
- j.3) Declaração da empresa licitante que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.**
- j.4) Declaração da empresa licitante que não possui em seu quadro societário (sócio administrador) servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.**
- j.5) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, I da**



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



Lei 14.133/2021.

j.6) Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, emitindo-se instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de adjudicação, independentemente de publicação, inicia-se sua convocação para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante e-mail, para que seja assinado eletrônica por instrumento de chave reconhecida pelo IPC-Brasil, verificável sua autenticidade, onde deverá ser devolvido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário ou da administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, vedada a prorrogação, a fim de evitar o somatório de despesas previsto no art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.5. A licitante adjudicada que não aceitar assinar contrato ou omitir-se, será aplicada penalidades previstas, sem prejuízo da manutenção do licitante subsequente.

7.5.1. Quando ocorrer a hipótese do item anterior, será convocado o licitante classificado com o preço em segundo lugar, para que manifeste interesse em assumir o item, pelo preço do licitante classifica primeiro lugar.

7.5.2. Na hipótese de o licitante em segundo lugar não aceitar o valor, o agente de contratação poderá aceitar a proposta classificada em segundo lugar, desde que o preço esteja compatível com o termo de referência.

7.5.3. Quando ocorrer vícios formais na documentação, o agente de contratação poderá solicitar da licitante a correção.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12, nos termos do art. 156, §3º da Lei nº 14.133/21;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no portal <https://licitanet.com.br/> no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Somente será aceito impugnações e esclarecimento peticionados eletronicamente, em que os pedidos submetidos via e-mail ou presencial serão desconhecidos.

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14.1. ANEXO I Termo de Referência;

9.14.2. ANEXO II Declarações

9.14.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

Senador José Porfírio/PA, 01 de junho de 2026.

Leonardo Albuquerque de Sousa
Prefeito Municipal de Senador José Porfírio
Ordenador de Despesas

Kleber dos Anjos de Sousa
Agente de Contratação



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026
Processo Administrativo nº. 054/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Do objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online de pesquisa e comparação de preços com base nos preços praticados pela Administração Pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT. R\$	V. TOTAL R\$
1	Licença de acesso ao sistema online de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, destinada à Secretaria Municipal de Administração.	MENSAL	12	R\$ 1.326,11	R\$ 15.913,32
2	Licença de acesso ao sistema online de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, destinada ao Fundo Municipal de Saúde.	MENSAL	12	R\$ 1.326,11	R\$ 15.913,32
3	Licença de acesso ao sistema online de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, destinada ao Fundo Municipal de Educação.	MENSAL	12	R\$ 1.326,11	R\$ 15.913,32
4	Licença de acesso ao sistema online de pesquisa e compara-	MENSAL	12	R\$ 1.326,11	R\$ 15.913,32



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



ção de preços praticados pela Administração Pública, destinada ao Fundo Municipal de Assistência Social.				
VALOR TOTAL				R\$ 63.653,28

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, vedada a prorrogação, a fim de evitar o somatório de despesas previsto no art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021, a fundamentação da contratação é realizada mediante "referência aos estudos técnicos administrativos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

3.1. Acesso e Funcionalidade: O sistema deve oferecer interface intuitiva e de fácil utilização, garantindo acesso seguro ao portal via web por meio de login e senha individualizados por licença, permitindo busca, consulta e exportação de dados de forma ágil.

3.2. Confiabilidade e Abrangência: A base de preços deve ser atualizada regularmente, com dados provenientes de diversas fontes públicas e privadas, como portais de compras governamentais, outros entes públicos e cotação direta com fornecedores, garantindo abrangência e confiabilidade das informações necessárias à realização das pesquisas de preços nos processos de contratação.

3.3. Suporte e Treinamento: O serviço de suporte técnico online deve estar disponível por e-mail e telefone durante todo o período de vigência da licença. A contratada deverá fornecer Manual de Utilização da ferramenta e treinar, sem ônus para a Contratante, os servidores que utilizarão o sistema.

3.4. Modelo de Prestação: O sistema deverá operar em modelo SaaS (Software as a Service), em ambiente web, sem exigência de instalação física nas dependências da Contratante.

3.5. Relatórios: A ferramenta deverá disponibilizar cálculos automáticos de média, mediana e valores extremos, além de geração de relatórios padronizados exportáveis em PDF e planilhas eletrônicas, com registro do histórico de pesquisas e identificação dos usuários.

3.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



3.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. O contratado será responsabilizado por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato.

3.8. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4. DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, vedada a prorrogação, a fim de evitar o somatório de despesas previsto no art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O prazo de execução dos serviços é de 11 (onze) meses, contados da emissão da ordem de serviço, devendo ser inferior ao prazo de vigência do contrato.

4.3. Quando a não execução decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas admitidas em lei para assegurar a continuidade da execução contratual.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A pesquisa de preços é um elemento fundamental para a instrução dos procedimentos de contratação, exigida por diversas disposições legais e reconhecida pela Jurisprudência. Esta fase pode ser morosa e complexa, envolvendo a busca criteriosa de preços junto a empresas e em diversos sites da Administração Pública, além do desafio de identificar a confiabilidade dos dados.

Nos termos do art. 23, § 1º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, a pesquisa de preços deve ser realizada com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, sendo o procedimento de cotação uma das etapas da fase interna do processo licitatório. A obtenção dessas referências de forma ágil e confiável exige o apoio de ferramentas especializadas que facilitem e qualifiquem esse trabalho pelos agentes públicos.

A ineficiência na pesquisa de preços pode prolongar os procedimentos, aumentar os custos transacionais e, em casos de deficiência, ensejar contratações superfaturadas ou inexequíveis, gerando prejuízos à administração pública e riscos de responsabilização aos agentes públicos.

É crucial que os agentes públicos tenham acesso a mecanismos que auxiliem na pesquisa de preços, promovendo agilidade, eficiência e economicidade. A contratação de



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



uma ferramenta especializada visa modernizar e otimizar essa etapa, garantindo que a Administração esteja munida de dados precisos e atualizados para a formulação de valores de referência e tomada de decisões embasadas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A ferramenta contratada destaca-se por sua base de dados atualizada diariamente, sistematizada por regiões e alimentada por preços de licitações efetivamente contratadas pelo Poder Público. Sua tecnologia própria e exclusiva, desenvolvida para instruir processos de contratação, garante maior acurácia, celeridade e confiabilidade nas informações mercadológicas, contribuindo para a elaboração qualificada de artefatos de planejamento e o fortalecimento da governança institucional.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento 2026, rateadas entre as unidades beneficiárias, nas seguintes dotações orçamentárias:

0401 – Secretaria Municipal de Administração

04.122.0052.2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

1201 – Fundo Municipal de Saúde

12.122.0208.2.048 – Ações de Gestão da Secretaria de Saúde de Senador José Porfírio

3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

0702 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0400.2.031 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

1302 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.122.0126.074 – Manutenção de Outros Programas da Assistência Social

3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

7. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

7.1. Esta aquisição faz parte das ações do planejamento da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio.

8. LIBERAÇÃO DOS ACESSOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

8.1. A liberação das licenças de acesso ao sistema deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

8.2. A Contratada deverá fornecer, no ato da liberação dos acessos, os dados de login e senha individualizados para cada licença, bem como o Manual de Utilização do sistema.

8.3. O recebimento será provisório no ato da liberação dos acessos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação do pleno



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



funcionamento do sistema.

8.4. O acesso poderá ser considerado insatisfatório, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo a Contratada sanar o problema no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do pleno funcionamento do sistema e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber as licenças de acesso no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar, no prazo fixado, o pleno funcionamento do sistema e a conformidade das licenças liberadas com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre falhas, instabilidades ou irregularidades verificadas no sistema, para que sejam sanadas no prazo estabelecido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado; e

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Fornecer e garantir o acesso ininterrupto ao sistema online de pesquisa e comparação



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



de preços durante todo o período contratual, mediante login e senha individuais para cada licença contratada;

10.1.2. Manter a base de dados do sistema atualizada regularmente, incluindo preços de diversas fontes públicas e privadas da Administração Pública;

10.1.3. Prestar suporte técnico online por e-mail e telefone durante todo o período de vigência da licença, no horário de expediente da Contratante;

10.1.4. Fornecer Manual de Utilização e realizar capacitação dos servidores que utilizarão o sistema, sem ônus para a Contratante;

10.1.5. Realizar reunião técnica inicial para esclarecimentos quanto à metodologia de uso da ferramenta e suas funcionalidades;

10.1.6. Manter o sistema disponível 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, ressalvadas as ocorrências de caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas;

10.1.7. Comunicar previamente à Contratante, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer manutenções programadas que impactem a disponibilidade do sistema;

10.1.8. Assegurar a segurança e a confidencialidade das informações acessadas ou inseridas pelos usuários da Contratante, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

10.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

12.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

12.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado mensalmente por cada unidade beneficiária, de forma individualizada, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante comprovação da disponibilidade da licença no período.

13.2. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal individualizada para cada unidade beneficiária, correspondente à sua respectiva licença, no valor mensal de R\$ 1.326,11 (mil trezentos e vinte e seis reais e onze centavos) por licença, conforme distribuição abaixo:

13.3. O pagamento de cada unidade beneficiária será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, totalizando o valor mensal global de R\$ 5.304,44 (cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), correspondente à soma das 4 (quatro) licenças.

13.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



13.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos documentos de habilitação para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

13.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio.

13.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente na Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40

à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data de apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da Contratada, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE, ou índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

Senador José Porfírio/PA, 01 de junho de 2026.

Leonardo Albuquerque de Sousa
Prefeito Municipal de Senador José Porfírio
Ordenador de Despesas



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
ANEXO II – DECLARAÇÕES



MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)., portador (a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua participação e habilitação no processo licitatório **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de qualquer procedimento punição.

Local, UF, de de 2026.

CARIMBO E ASSINATURA

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA DE MENOR DE 18 ANOS

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)., portador (a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº.,

DECLARA, para fins do disposto na lei nº. 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local, UF, de de 2026.

CARIMBO E ASSINATURA



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

1. DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(Identificação completa do representante e do licitante), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026** foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **Nº. 009/2026** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio/PA, antes da abertura oficial das propostas;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

CARIMBO E ASSINATURA



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE



DECLARAMOS, sob as penas da lei, para fins do processo licitatório **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026**, que não estamos sob qualquer declaração de INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade Econômico-financeira.

Local e data / / 2026

CARIMBO E ASSINATURA



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SOCIOS ADMINISTRADOR SERVIDOR
PUBLICO**

A empresa,, inscrita no CNPJ N°., sediada na rua
....., cidade, por intermédio de seu representante legal, o (a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n° e
do CPF n° DECLARA que não possui em seu quadro
societário ADMINISTRADOR servidor público da ativa, empregado de empresa pública e
de sociedade de economia mista.

Local, UF, de de 2026.

Carimbo e assinatura



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 009/2026
Processo Administrativo nº. 054/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxxxxx

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO E A EMPRESA [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS NO SISTEMA ONLINE DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, CNPJ-MF nº 05.421.110/0001-40, com sede em Senador José Porfírio/PA, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo Sr. LEUDES ALBUQUERQUE DE SOUSA, Secretário Municipal de Finanças, e do outro lado a empresa [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], [PORTE DA EMPRESA], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO], e-mail: [E-MAIL], telefone: [TELEFONE], de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], têm justo e contratado o seguinte:

1. DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pesquisa e comparação de preços no sistema online de pesquisa e comparação de preços com base nos preços praticados pela Administração Pública referente aos resultados de licitação adjudicados e homologados, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência e à proposta da Contratada, independentemente de transcrição.

1.3. Itens Contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	P. UNT.	P. TOTAL

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como no processo de **Dispensa de Licitação nº. 009/2026**, nos termos do art. 75, inciso II, da referida Lei.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



3. DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer e garantir o acesso ininterrupto ao sistema online de pesquisa e comparação de preços durante todo o período contratual, mediante o uso de logins e senhas individuais para cada licença contratada;
- b) Manter a base de dados do sistema atualizada diariamente, incluindo preços de diversas fontes da Administração Pública;
- c) Prestar suporte técnico online por telefone, e-mail e chat durante todo o período da contratação, no horário de expediente da Contratante;
- d) Fornecer manuais de uso e realizar capacitação aos servidores que utilizarão o sistema, sem ônus para a Contratante;
- e) Realizar reunião técnica inicial para esclarecimentos quanto à metodologia de uso da ferramenta e suas funcionalidades;
- f) Emitir as licenças e liberar os acessos imediatamente após a emissão e envio da nota de empenho;
- g) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, caso ocorram, serem sanadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- h) Manter o sistema disponível 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, ressalvadas as ocorrências de caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas;
- i) Comunicar previamente à Contratante sobre quaisquer manutenções programadas que possam impactar a disponibilidade do sistema;
- j) Assegurar a segurança e a confidencialidade das informações acessadas ou inseridas pelos usuários da Contratante no sistema, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- k) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- l) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros;
- m) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- n) Orientar seus colaboradores sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais;



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem o trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização, até o dia trinta do mês seguinte à prestação dos serviços: a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; c) Certidões de regularidade perante a Fazenda Estadual; d) Certidão de Regularidade do FGTS; e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, consoante a Lei nº 14.133/2021.

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços pelo servidor *****, o qual anotará em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente.

4.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, para que sejam corrigidos às suas expensas.

4.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato.

4.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA.

4.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.

4.8. Cientificar a Assessoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

4.9. Emitir decisão sobre todas as solicitações relacionadas à execução do Contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, admitida prorrogação motivada por igual período.

4.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

4.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste instrumento iniciará na data de sua assinatura e liberação dos acessos ao sistema, com duração de 12 (doze) meses, vedada a prorrogação, nos termos do art. 75, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O prazo de execução dos serviços é de 11 (onze) meses, contados da emissão da ordem de serviço, sendo inferior ao prazo de vigência do contrato.

6. DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

6.2. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação (art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021).

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

I – Der causa à inexecução parcial do contrato;

II – Der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos;

III – Der causa à inexecução total do contrato;

IV – Ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;

V – Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI – Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40



I – Advertência, quando der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

II – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas dos incisos II, III e IV do item 7.1 (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);

III – Declaração de inidoneidade, quando praticadas as condutas dos incisos V, VI, VII e VIII do item 7.1 (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

IV – Multa: a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias; b) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução total.

7.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

8. DO VALOR E DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado mensalmente, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA e devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante comprovação da disponibilidade da licença no período. O valor mensal corresponde ao rateio do valor anual da licença pelo período de 12 (doze) meses, sendo o pagamento efetuado com recursos da dotação orçamentária da CONTRATANTE, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.2. Nos valores contratados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes.

8.3. O pagamento somente será efetuado após a emissão da nota de empenho, liberação dos acessos ao sistema e apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

8.4. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

8.5. Havendo atraso no pagamento não atribuível à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA a título de compensação financeira.

8.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira por penalidade ou inadimplência contratual.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40

8.7. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária dos impostos abrangidos por aquele regime, mediante apresentação de comprovação por documento oficial.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado.

9.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas contratuais correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: _____

Ação: _____

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. pessoa jurídica

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente.

11.2. O termo de extinção será precedido de: a) Balanço dos eventos contratuais cumpridos ou parcialmente cumpridos; b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; c) Indenizações e multas.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Registros que não caracterizam alteração podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo (art. 136 da Lei nº 14.133/2021).

14. DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Senador José Porfírio – PA para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



Estado do Pará
MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
CNPJ 05.421.110/0001-40

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes ajustado e contratado, é lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Senador José Porfírio/PA, ** de ** de 2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – Prefeito Municipal de Senador José Porfírio

CONTRATADA: Razão social/ CNPJ/

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____